

Olá pessoal, tudo bem!

Me chamo **Juliano Corrêa**, sou professor e orientador do **Cejur Norte Concursos**, na cidade de Belém – PA, onde também ocupo o cargo público de Delegado de Polícia Civil.

Nós do Cejur Norte estamos engajados na proteção da sociedade frente a pandemia do chamado Corona Vírus, e para auxiliar nossos alunos e amigos das redes sociais, estamos disponibilizando lives e materiais gratuitos para os futuros Delegado de Polícia, permitindo que todos fiquem em casa o maior tempo possível, aproveitando o tempo para se preparar para os concursos vindouros.

Não tenho a pretensão de exaurir o tema com o presente material. Trata-se de apostila muito objetiva que tem por escopo auxiliar você na elaboração das peças prático-profissionais para a carreira de Delegado de Polícia Civil.

No entanto, Coloco-me a disposição de todos vocês por intermédio da rede social instagram, pelo perfil **@delegadojuliano**, para sanar quaisquer dúvidas quanto ao tema ora abordado.

Então, vamos aos estudos!

PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA

As peças prático-profissionais compõem a fase discursiva da grande maioria dos concursos públicos para o cargo de delegado de polícia civil. Muitas vezes, inclusive, essa fase do concurso público é realizada na mesma data da prova objetiva, exigindo dos candidatos o estudo contínuo da elaboração das peças práticas.

Como não poderia deixar de ser, a elaboração de uma boa representação exige amplo conhecimento de direito material e processual, pois, em essencial, é a exposição adequada do conhecimento da lei que irá atribuir a pontuação ao candidato.

Soma-se a isso, ainda, a capacidade do candidato expressar-se em palavras, de forma coesa e coerente, bem como o domínio do tempo e do espaço para a elaboração de uma peça prática que irá te atribuir preciosos pontos, essenciais para sua aprovação.

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Neste material, abordo de forma pontuada os tópicos que são exigidos pelas bancas examinadoras, com base no estudo de editais e espelho de correção de concursos anteriores.

Iniciemos, portanto, do Endereçamento!

1. ENDEREÇAMENTO

O endereçamento é a indicação do Juízo Competente para a apreciação da medida cautelar pleiteada pelo Delegado de Polícia.

Nesse item exige-se do candidato conhecimento sobre competência criminal, além de muita atenção aos dados trazidos no bojo do caso hipotético que lhe for apresentado, pois, em regra, a competência será firmada pelo local da consumação da infração penal, nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal.

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Especial atenção se deve nos casos de crimes dolosos contra a vida, pois o endereçamento será direcionado ao Juiz do Tribunal do Júri.

1.1. Modelo Sugerido de Endereçamento

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE_____.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO ___ TRIBUNAL DO JÚRI DA
COMARCA DE_____.

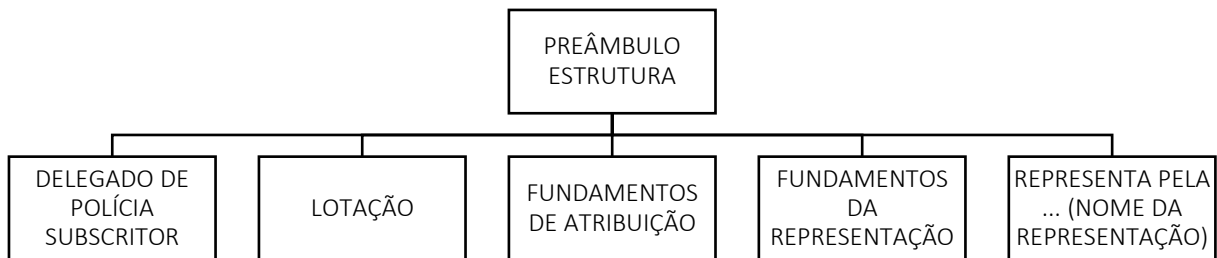
2. PREÂMBULO

O preâmbulo da peça prático-profissional é onde a autoridade policial se apresenta, efetivamente, ao Juiz Competente, expondo que Estado representa, local/lotação em que exerce suas atribuições de polícia judiciária, os fundamentos legais de atribuição do cargo de

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

delegado de polícia, fundamentos legais quanto a legitimidade para representar pela medida cautelar pretendida, bem como a identificação adequada da medida cautelar pleiteada.

Vejamos, de forma estruturada, como se dá tal exposição:



2.1. Modelo Sugerido de Preâmbulo

A Polícia Civil do Estado do Pará por intermédio do Delegado de Polícia subscritor, lotado na (indicar a lotação quando constar do caso hipotético), e na qualidade de presidente do Inquérito policial nº (indicar o número do inquérito quando constar do caso hipotético), no uso de suas atribuições constitucionais e legais constantes do art. 144, §4º, da Constituição Federal, art. 194 da Constituição do Estado do Pará, art. 2º da lei 12.830/2013, e art. 34 da lei complementar nº 022/1994 do Estado do Pará, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento (indicar artigos referentes a peça) do Código de Processo Penal, REPRESENTAR (indicar o nome da peça cautelar) em desfavor de (indicar o alvo – pessoas, locais objetos, terminal telefônico, etc.), com base nos fatos e fundamentos que passo a expor:

Atenção: O modelo acima é adequado ao edital do Concurso da Polícia Civil do Estado do Pará, realizado em 2016, pela banca FUNCAB. Dessa forma, a legislação estadual deve ser aplicada de acordo com o Estado da Federação que deseja prestar o concurso público para Delegado de Polícia Civil/ ou legislação referente as atribuições da Polícia Federal.

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

3. DOS FATOS

O item dos fatos é onde se exige do candidato a capacidade de sintetizar os dados fáticos trazido pelo examinador no caso problema, bem como a exposição das diligências citadas no caso hipotético.

Trata-se, portanto, de narrativa objetiva, clara e precisa, não podendo, sob pena de anulação de sua peça, ser mera cópia fiel da narrativa do caso hipotético trazido pelo examinador.

Ademais disso, muitos candidatos têm dificuldade para sintetizar os fatos, perdendo demasiado tempo e espaço que, ao final de sua peça, faram muita falta.

Indico, portanto, que a abordagem dos fatos se dê da seguinte forma:

3.1. Dos Fatos Propriamente Ditos

3.1.1. Do que se trata a investigação?

É a abordagem sucinta do que se refere a investigação, abordando o fato que deu ensejo a instauração do inquérito policial que subsidia a medida cautelar pleiteada.

Exemplo: Trata-se de inquérito policial instaurado por cognição imediata para apurar a morte de ...; a subtração, mediante violência e grave ameaça...;

3.1.2. Circunstâncias de tempo (quando ocorreu o fato?)

De forma concatenada com o item acima, evidenciado coesão e coerência textual, é abordagem de quando ocorreu o fato.

Exemplo: ... fato registrado em data de...; fato ocorrido em data de....;

3.1.3. Circunstâncias de lugar (onde ocorreu o fato?)

Indicação do local que a infração penal ocorreu, dado que deve ser extraído do caso hipotético, não cabendo aqui inferência do candidato. Reside aqui ponto e especial atenção,

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

pois é a análise do local do crime que irá indicar o juízo competente para a análise da medida cautelar, influenciando diretamente no endereçamento da peça.

Exemplo: ... na Rua Alcindo Cacela, esquina com a Rua Magalhães Barata ...; em frente ao posto de gasolina Petrogás...; no interior da residência da vítima, situada na Rua...;

3.1.4. Circunstâncias modais (como ocorreu o fato?)

Perceba que neste item deve ser apresentada o modo de ação dos criminosos, exigindo atenção do candidato pois influenciará diretamente na tipificação da infração penal.

Exemplo: ... quando dois homens em uma motocicleta abordaram a vítima...; ... logo após discutirem, “Fulano” sacou um revólver e desferiu três disparos de arma de fogo contra a vítima...; quando “Fulano” e “Beltrano”, após reduzirem a capacidade de resistência da vítima, subtraíram...;

3.1.5. Motivação do Crime (o porquê do fato?)

Dado que também influencia diretamente na tipificação da infração penal, merecendo atenção especial. Por exemplo, se o caso hipotético evidenciar que “Fulano”, com o objetivo de ferir “Beltrano”, efetuou um disparo de arma de fogo em seu braço, que, contudo, evoluiu à óbito. Nesse exemplo, a capitulação penal adequada é lesão corporal com resultado morte, cuja previsão consta do art. 129, §3º do Código Penal.

Exemplo: ... com o fim de...; em razão de a vítima ser policial militar...; com o fim de obter vantagem indevida...;

3.1.6. Circunstâncias de quantidade/produto do crime

Dado que regularmente trazido em casos problema que versam quanto a crimes patrimoniais. Produto do crime é a vantagem direta objetiva pelo agente em decorrência da prática do crime, por exemplo, o dinheiro roubado, o carro furtado, etc.

Exemplo: ... levando consigo após subjugar as vítimas a quantidade de R\$ 100,00 (cem reais) ...; ... evadindo-se com o veículo da vítima em destino ignorado...;

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

3.2. Relatoria (circunstâncias e medidas investigativas)

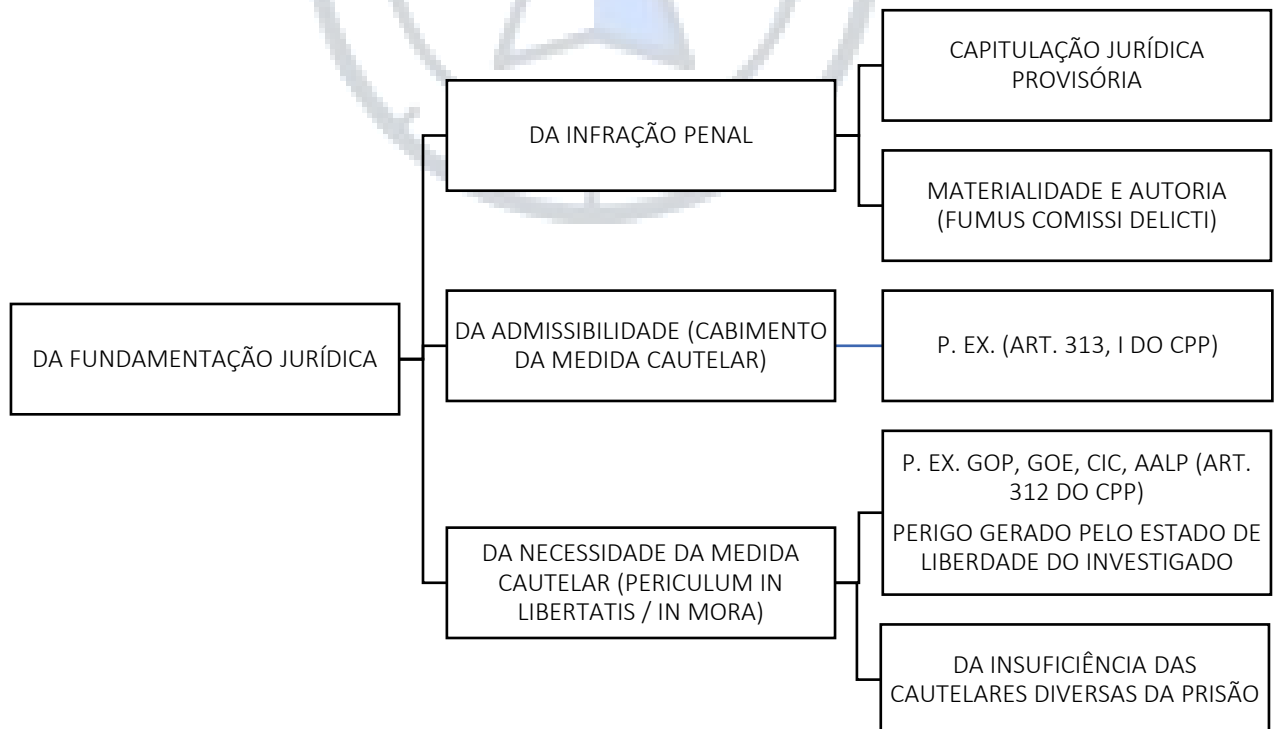
A relatório é de grande importância, pois é nela que haver a indicação das medidas investigativas já adotadas. Não diferente dos demais tópicos acima mencionados, não cabe inferências do candidato, devendo limitar-se a sintetizar os dados trazidos pelo examinador.

Exemplo: ...os depoimentos atuados as folhas nº 123 indicam que foi autor do crime...; o reconhecimento fotográfico atuado às fls... indica que o autor do crime foi...;

4. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A fundamentação jurídica é onde se concentram os itens de maior pontuação em sua peça prática-profissional, pois é aqui que o candidato deve indicar o tipo penal violado, indicando adequadamente a materialidade da infração penal e a autoria (*fumus comissi delicti*), a admissibilidade da medida cautelar pleiteada e a necessidade/imprescindibilidade da medida (*periculum libertatis/ periculum in mora*).

De forma estruturada, sugiro a seguinte divisão em sua peça prática:



É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

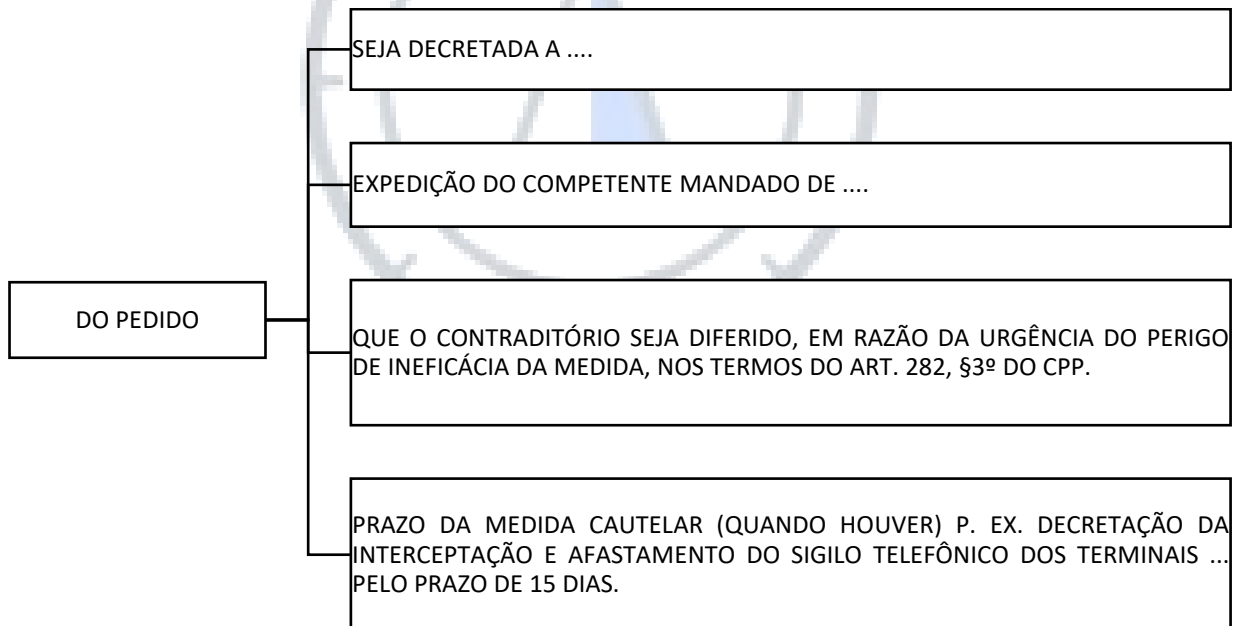
Naturalmente, a divisão acima citada dever ser contextualizada de acordo com os elementos fornecidos pelo examinador, bem como pelo conhecimento do aluno em relação ao direito material exigido pela banca.

5. DO PEDIDO

É onde se clama, ao juiz competente, pelo deferimento da medida cautelar pretendida, pedindo-se, ainda, a expedição da ordem judicial (mandado) adequado para sua instrumentalização.

Não se exige no pedido revisitar os argumentos fáticos e jurídicos trazidos pelo examinador, pois estes já devem ter sido esmiuçados no decorrer da peça prático-profissional.

De forma estruturada, sugiro que constem os seguintes itens no pedido de sua peça prática:



É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

5.1.1. Modelo Sugerido de Pedido

Com base nos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, esta autoridade policial representa pela decretação (p. ex. ... da prisão preventiva..) de (indicar o alvo -pessoa, local, objeto, terminal telefônico, etc.), pelo prazo de (somente houver prazo legal), com a consequente expedição do competente mandado de (p.ex. ... mandado de prisão, mandado de busca e apreensão, etc.), para a implementação da medida cautelar.

Atenção: Nas medidas cautelares pessoais, é importante constar do pedido o contraditório diferido, ou seja, a postergação do contraditório em razão da urgência e perigo de ineficácia da medida.

Exemplo: Pede, ainda, que o contraditório seja diferido, em razão da urgência e do perigo de ineficácia da medida, nos termos do art. 282, §3º do CPP.

6. FECHO

Fecho é o encerramento da forense da representação formulada pelo aluno.

Atenção: Em concursos públicos não se deve assinar ou identificar no fecho o nome ou nº de inscrição do candidato, sob pena de ser zerada sua peça prática.

6.1. Modelo Sugerido de Fecho

Nesses termos, pede deferimento.

Local, Data.

Delegado de Polícia Civil.

Matrícula.

É proibida a reprodução total ou parcial do presente material, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Pessoal, por hoje é só. Continue acompanhando o @cejurnorteconcursos para mais vídeo aulas gratuitas.

Siga, dê seu feedback e tire suas dúvidas também o meu perfil no **instagram**, @delegadojuliano, onde disponibilizo diversas dicas para concurso público!

Até logo amigos.

Juliano Corrêa.

Professor e Orientador do Cejur Norte Concursos.

